

**METRO DO PORTO, S.A.**

**CONSELHO FISCAL**

**RELATÓRIO TRIMESTRAL  
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO a 31 DE MARÇO DE 2009**

METRO DO PORTO, S.A.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO TRIMESTRAL

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO a 31 DE MARÇO DE 2009

ÍNDICE

	<u>Pág. n°(s).</u>
1. INTRODUÇÃO	3
2. ASPECTOS ESPECIAIS DO TRIMESTRE	4
3. ANÁLISE DAS CONTAS	
3.1 - Contas de Balanço	5
3.2 - Contas de Resultados	7
4. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS	
4.1 - Orçamento de Investimentos	8
4.2 - Financiamento	9
4.3 - Orçamento de Exploração	9
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	10
6. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS REFERENTES ÀS EMPRESAS PÚBLICAS	11
7. NOTAS FINAIS	12
8. ANEXOS: (Balanço e Demonstração dos Resultados)	13



## 1.INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao determinado no Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, no Despacho n.º 14 277/2008, do Ministro de Estado e das Finanças, de 14 de Maio, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 99, de 23 de Maio e no n.º 2 do Artigo 25.º dos Estatutos da Empresa, o Conselho Fiscal, da sociedade “Metro do Porto, S.A.”, elabora o relatório referente ao primeiro trimestre de 2009

Foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 71/93, de 10 de Março, o primeiro regime jurídico da exploração de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, atribuindo a exploração desse sistema, a uma sociedade anónima de capitais públicos, em regime exclusivo.

Denominada inicialmente como “Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.”, a sociedade “Metro do Porto, S.A.”, foi constituída em 06 de Agosto de 1993, tendo por objecto a exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP. No âmbito desse objecto compreende-se a construção das infra-estruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante, além da própria exploração já referida.

O regime jurídico inicial foi objecto de algumas alterações, no decurso do desenvolvimento do projecto, onde se destaca a publicação do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro que revogou o Decreto-Lei n.º 71/93 e criou novos Estatutos para a sociedade. Os Estatutos foram mais tarde reformulados pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, ficando o capital social a ser de € 5 000 000, e a sede a situar-se na Avenida Fernão de Magalhães, n.º 1 862 - 7º Andar, no Porto. Mais tarde, pela Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 25 de Março de 2008, os Estatutos sofreram diversas alterações, das quais salientamos o aumento do capital social de € 5 000 000 para € 7 500 000, a nova estrutura accionista e a reformulação da estrutura da administração e fiscalização, onde se evidencia a substituição do Fiscal Único por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um suplente. Os Estatutos foram republicados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro.

Dando cumprimento à referida Deliberação Social Unânime por Escrito, a estrutura accionista passou a ter a seguinte composição:

. Estado Português.....	40,0000%
. Área Metropolitana do Porto.....	39,9993%
. Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.....	16,6667%
. CP - Caminhos de Ferro Portugueses.....	3,3333%
. Câmara Municipal de Gondomar.....	0,0001%
. Câmara Municipal da Maia.....	0,0001%
. Câmara Municipal de Matosinhos.....	0,0001%
. Câmara Municipal do Porto.....	0,0001%
. Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.....	0,0001%
. Câmara Municipal de Vila do Conde.....	0,0001%
. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.....	0,0001%

Pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, foi instituído um Acordo Parassocial dos accionistas da Metro do Porto, S.A., posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro. Este Acordo Parassocial continua a manter-se em fase de revisão.

Pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, foram estipuladas as bases da Concessão, por um período de 50 anos. Este diploma legal foi objecto das alterações decorrentes da Lei n.º 161/99, de 14 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, do Decreto-Lei n.º 33/2003, de 24 de Fevereiro, do Decreto-Lei n.º 166/2003, de 24 de Julho, do Decreto-Lei n.º 233/2003, de 27 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro.

Pelo Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, foi permitida a realização de operações de leasing de equipamento afecto ao sistema.

Em conformidade com a Base XIII, das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro, o financiamento da concessão é assegurado:

- Pelas receitas decorrentes da actividade da concessionária;
- Pelas dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus accionistas;
- Eventualmente, por produto de empréstimos a contrair pela empresa.

## 2. ASPECTOS ESPECIAIS DO TRIMESTRE

No primeiro trimestre são de destacar os seguintes factos:

- Não houve aumento tarifário dos títulos de transporte no 1.º trimestre de 2009.
- Em termos acumulados, registaram-se cerca de 13,2 milhões de validações, um valor superior em 5,3% ao registado até 31 de Março de 2008.

## 3. ANÁLISE DAS CONTAS

A Empresa adopta os princípios e critérios constantes do Plano Oficial de Contabilidade e das Directrizes Contabilísticas aplicáveis, impondo-se o princípio contabilístico do custo histórico.

A divulgação das demonstrações financeiras adopta, por vezes, com carácter supletivo, as normas internacionais de relato financeiro (IFRS).

Na valorização dos investimentos financeiros da Empresa é utilizado o método da equivalência patrimonial.

O sistema informático utilizado é um programa da Sage.

Seguidamente, analisamos os desvios mais relevantes em relação aos saldos do fim do exercício anterior, nas contas de balanço, e aos saldos do período homólogo de 2008, nas contas de resultados.

A fim de apresentarmos um relatório mais sintético, passaremos apenas a evidenciar os desvios de saldos iguais ou superiores a M€ 10 nas contas de balanço e de M€ 5 nas contas de resultados, salvo excepções em algumas contas relevantes.



### 3.1 - CONTAS DE BALANÇO

#### 3.1.1 Empréstimos Obtidos

Esta conta teve a seguinte evolução, no primeiro trimestre de 2009:

(valores em euros)

	Valor em dívida em 31/12/2008	Aumento 1.º trimestre de 2009	Valor total utilizado
BEI-Médio e Longo Prazo	767.039.069	0	767.039.069
Financiamento Bancário-Médio e Longo Prazo	967.000.000	0	967.000.000
BEI-Curto Prazo	6.650.639	0	6.650.639
Financiamento Bancário-Curto Prazo	25.426.445	61.055.957	86.482.402
	1.766.116.153	61.055.957	1.827.172.110

Neste primeiro trimestre de 2009 verificou-se um aumento do endividamento bancário da Empresa, no valor de m€ 61 056, conforme se apresenta a seguir:

- No que respeita ao endividamento bancário de médio e longo prazo não se verificaram quaisquer movimentos.
- Quanto ao endividamento bancário de curto prazo, registou-se um aumento global de m€ 61 056, em resultado dos seguintes movimentos:

- ✓ Operações de aumento do endividamento, decorrentes de contratos de conta corrente anteriormente negociados com os bancos

	m€
Millennium BCP	35.000
BPI	9.976
Santander	10.000
Barclays	5.000
BPN	2.870
	<u>62.846</u>

- ✓ operação de redução de m€ 540, de contrato de conta corrente com a Caixa Geral de Depósitos.
- ✓ operação de redução de m€ 1 250, que se reporta a um financiamento anterior de M€ 100, inicialmente relevado em médio e longo prazo, do qual, parte dele a liquidar em 2009, passou, em 31/12/2008, a curto prazo.

Tomando em consideração apenas as dívidas às instituições financeiras, conclui-se que estas operações não ultrapassam o défice previsto no orçamento.

0 0 4

Na verdade, o défice previsto é de:

M€	
Saldo dos empréstimos obtidos até 31/12/2008	1 766,116
Varição dos empréstimos de longo prazo, conforme mapa de financiamento líquido do orçamento para 2009	140,455
Varição dos empréstimos de curto prazo, conforme mapa de financiamento líquido do orçamento para 2009	97,222
Saldo previsto do défice	<b>2 003,793</b>

E o défice real, em 31/03/2009, é:

Saldo dos empréstimos obtidos até 31/03/2009	<b>1 827,172</b>
Diferença	<b>176,621</b>

O acréscimo da dívida às instituições financeiras está integrado no orçamento para 2009, pelo que consideramos cumprido o disposto no art.º 5º do Acordo Parassocial (embora a sua aplicabilidade esteja prejudicada, dado o valor negativo da Situação Líquida), e o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99.

Existe uma Nota Técnica com o n.º MP-841162/09, datada de 23 de Fevereiro de 2009, emitida pelo DAF-Departamento Administrativo e Financeiro e dirigida à Comissão Executiva em que se elencavam as necessidades de financiamento para 2009, totalizando m€ 143 179.

Não tivemos conhecimento de qualquer decisão ocorrida no 1.º trimestre, sobre este assunto.

### 3.1.2 Acréscimos e Diferimentos

Esta conta teve um aumento de saldo de m€ 11 030 em relação a 31 de Dezembro de 2008.

As subcontas registam os seguintes valores:

(valores em m€)				
Subcontas	Março 2009	Dezembro 2008	Varição	%
271-Acréscimos de proveitos - saldo devedor	5.646	4.336	1.310	30%
272-Custos diferidos - saldo devedor	231.411	236.436	-5.025	-2%
273-Acréscimos de custos - saldo credor	-10.934	-24.777	13.843	-56%
274-Proveitos diferidos - saldo credor	-78.532	-79.434	902	-1%
	147.591	136.561	11.030	8%

A variação mais significativa verificou-se na subconta Acréscimos de custos, com uma redução de m€ 13 843, devida, essencialmente, à diminuição de juros a liquidar.

### 3.1.3 Imobilizações em Curso

Esta conta teve um aumento de m€ 37 048 (15%), apresentando um saldo de m€ 254 555 em Dezembro de 2008 e um saldo de m€ 291 602, em Março de 2009. A alteração do saldo decorre do aumento de imobilizações em curso corpóreas, no valor de m€ 36 298.

*(Handwritten marks: a circle around 'P', a 'G', and other scribbles)*

### 3.1.4 Prestações do Concedente

Esta rubrica não teve movimento no primeiro trimestre de 2009, mantendo o saldo de m€ 478 961.

## 3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

### 3.2.1 Custos e Perdas

#### 3.2.1.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica regista um valor de m€ 24 706, em Março de 2009, apresentando m€ 18 663, em Março de 2008, o que corresponde a um aumento de m€ 6 043 (32%).

As variações verificaram-se, fundamentalmente, nas subcontas Operação comercial (Normetro) (+m€ 600), Rendas de leasing dos veículos do metro ligeiro (+m€ 956), Conservação e reparação (+m€ 2 918) e Trabalhos especializados (+m€ 1 166).

#### 3.2.1.2 Impostos

Não existe qualquer dívida em mora ao Estado e Outros Entes Públicos, incluindo a Segurança Social.

A Empresa foi alvo, com início em 7 de Julho de 2008, de uma inspecção fiscal pela DGCI aos registos contabilísticos da Metro do Porto, numa primeira fase para o exercício de 2004 (em sede de IVA e IRC) e para os meses de Janeiro a Junho de 2008 (em sede de IVA).

A questão do IVA prende-se com a discussão sobre a dedutibilidade do imposto suportado na realização das chamadas obras de requalificação urbana levadas a cabo por esta Sociedade. Quanto à questão do IRC está relacionada com o tratamento contabilístico e fiscal a dar às dotações de investimento do Orçamento do Estado e aos fundos comunitários, que constituem a principal fonte de rendimento das actividades desta Sociedade.

Decorreram, entretanto, várias diligências entre a DGCI e a Empresa sobre o assunto.

Em 22 de Dezembro de 2008, a Empresa recebeu, com data de 19 de Dezembro de 2008, o relatório da Direcção Geral dos Impostos informando, também, que a breve prazo os Serviços da DGCI procederão à notificação da liquidação respectiva.

Os Serviços Jurídicos da Empresa, assessorados pelo consultor fiscal, Dr. Pinheiro Pinto – Professor na Faculdade de Economia do Porto, apresentaram e justificaram perante a Comissão Executiva da Empresa a situação no aspecto jurídico.

O Conselho de Administração pronunciou-se, em reunião de 18 de Fevereiro de 2009, no sentido de deixar o processo seguir a via contenciosa administrativa e judicial, dada a posição intransigente da Administração Fiscal.

Os valores envolvidos, que incluem também os anos posteriores a 2004, podem atingir cerca de 20 milhões de euros.

#### 4. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS

##### 4.1 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

O investimento da Metro do Porto, no primeiro trimestre de 2009, atingiu o valor de M€ 29,5 (11,2% do orçamento anual). Em igual período de 2008 o investimento foi de M€ 12,0

Os montantes mais significativos da execução orçamental, deste primeiro trimestre, verificaram-se nas rubricas seguintes:

(valores em m€)

Rubricas	Execução/Valor	Execução/percentagem
Revisão de preços e outros inerentes	8 562	40,6%
Material circulante - duplicações	5 463	14,8%
Outros	4 133	8,6%
Adaptações no PMO de Guifões	2 514	30,7%
Linha Antas-Cabanas	5 791	8,2%
Estudos com outros projectos	1 059	28,0 %

A execução de m€ 8 562 (40,6% do orçamento anual) na rubrica Revisão de preços e outros inerentes respeita a expropriações de terrenos e recursos naturais (m€ 6 545), a trabalhos a mais (m€ 1 632) e a revisão de preços (m€ 385).

Na rubrica Material circulante - duplicações a despesa de investimento atingiu o valor de m€ 5 463, que corresponde a uma execução de 14,8% do orçamento, sendo respeitante à duplicação das linhas da Póvoa e da Trofa.

No que respeita à rubrica Outros, o investimento de m€ 4 133 (8,6% do orçamentado), do primeiro trimestre, refere-se a trabalhos de compatibilização urbana, infra-estruturas e arruamentos nas linhas A, B, C e D (m€ 2 156), nova fiscalização (m€ 564), custos financeiros (m€ 945), e outros pequenos investimentos (m€ 468), respeitantes a custos gerais, outros fornecimentos e serviços externos, estudos e projectos e videovigilância de veículos.

Em relação à rubrica Adaptações do Parque de Manutenção e Oficinas de Guifões a despesa de m€ 2 514 representa 30,7% do valor orçamentado para 2009, relativo a obras de adaptação para acolher os novos veículos de material circulante tram-train, que se encontram em fase de aquisição.

Na Linha Antas- Cabanas (Gondomar) foram investidos m€ 5 791 (8,2% do orçamento anual), referentes a expropriações (m€ 5 604), a estudos, projectos e fiscalização (m€ 116) e a outros valores de pequena relevância (m€ 71).

Na rubrica Estudos com outros projectos, foram registados m€ 1 059, o que corresponde uma execução de 28,0% do orçamento para 2009.

Não foram efectuados investimentos que não estivessem orçamentados.

O montante acumulado plurianual do investimento no Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, até 31 de Março de 2009, ascende a M€ 2 266 (M€ 2 016 líquidos da alienação do material circulante original).



## 4.2 FINANCIAMENTO

Para 2009 foram orçamentados m€ 200 606, de diversas proveniências, para o financiamento dos projectos aprovados, o que fica aquém do investimento global para 2009, que totalizará m€ 263 010.

## 4.3 ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

Apresentamos agora o seguinte quadro relativo à exploração:

### Orçamento de Exploração/2009

(valores em m€)

DESCRIÇÃO	Orçamento 2009	Real 2009 até 31 de Março	Desvios	Execução %
<b>Custos e Perdas</b>				
Fornecimentos e serviços externos	89.675	24.706	64.969	28%
Custos com o Pessoal	7.031	1.290	5.741	18%
Amortizações e ajustamentos do exercício	54.000	12.972	41.028	24%
Impostos	3.526	680	2.846	19%
Outros custos e perdas operacionais	28	15	13	54%
Custos e perdas financeiros	90.000	11.520	78.480	13%
Custos e perdas extraordinários	0	112	-112	100%
Imposto s/o rendimento exercício	32	0	32	0%
<b>Total de custos e perdas</b>	<b>244.291</b>	<b>51.295</b>	<b>192.996</b>	<b>21%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>				
Prestações de serviços	37.995	8.307	29.688	22%
Proveitos suplementares	48	11	37	23%
Subsídios à exploração (a)	12.670	2.804	9.866	22%
Trabalhos para a própria empresa	13.852	0	13.852	0%
Proveitos e ganhos financeiros	795	11	784	1%
Proveitos e ganhos extraordinários	621	574	47	92%
<b>Total de proveitos e ganhos</b>	<b>65.980</b>	<b>11.707</b>	<b>54.273</b>	<b>18%</b>
Resultado líquido do exercício	-178.310	-39.588	-138.722	

(a) referentes a IC's pelo serviço de transporte.

A execução do orçamento de exploração, do primeiro trimestre de 2009, merece-nos os seguintes comentários:

- **Custos com o Pessoal:** O valor indicado no orçamento anual inclui as remunerações a pagar, em 2009, e os encargos com férias mais o subsídio de Natal. Nos mapas de realização mensal apenas são incluídos os valores pagos, sendo que no fim do exercício é regularizada a diferença entre os referidos encargos previstos com os efectivamente pagos ao longo do ano. Não há especialização mensal dos encargos com o pessoal, o que explica o desvio apurado.
- **Custos e Perdas Financeiros:** Houve uma baixa muito acentuada das taxas de juro entre o momento da elaboração do orçamento (4,5%) e as taxas praticadas no 1.º trimestre de 2009 (cerca de 2%). Actualmente até se praticam taxas pouco acima de 1%. Esta evolução das taxas de juro justifica o desvio entre o orçamentado e o realizado.
- **Subsídios à Exploração:** A execução orçamental de m€ 2 804 (22%), até 31 de Março de 2009, está dentro dos valores previstos para o exercício. No entanto, o valor das indemnizações compensatórias para 2009 ainda não foi fixado pelo Governo. Por este motivo, o valor registado tem como referência o montante atribuído à Metro, em 2008.
- **Trabalhos para a Própria Empresa:** Não foi registado, no primeiro trimestre, qualquer valor nesta rubrica, porque a Empresa tem como procedimento habitual a relevação destes custos apenas no final do ano.

## 5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 5.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA

Neste primeiro trimestre, foi apurado um resultado líquido negativo de m€ 39 588, tendo sido apurado, em igual período de 2008, um resultado, também negativo, de m€ 39 705, o que corresponde a um desagravamento de m€ 117.

A Empresa registou custos totais no montante de m€ 51 295, que representam um crescimento de 2% relativamente a Março de 2008. Os proveitos totais atingiram o valor de m€ 11 707, com um aumento de 10%, em relação a igual período de 2008.

Já nos resultados operacionais, a Metro apurou um resultado negativo de m€ 28 541, contra m€ 24 185, até Março de 2008, também negativos, o que representa um agravamento de 18%.

A pequena redução dos resultados líquidos negativos foi influenciada, especialmente, pelos Impostos (-m€ 1 561), pelos Custos e Perdas Financeiros (-m€ 4 047) e pelos Proveitos e Ganhos Extraordinários (+m€ 564). Em sentido contrário, regista-se, essencialmente, o aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos (+m€ 6 043).

### 5.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA

No primeiro trimestre, o auto-financiamento foi negativo, de m€ 26 616, sendo também negativo, de m€ 27 086, em Março de 2008.

Em 31 de Março o Passivo regista o montante de cerca de m€ 2 185 192, apresentando, no fim de 2008, cerca de m€ 2 129 309, a que corresponde um aumento de m€ 55 883 (3%). Esta alteração decorre, por um lado, do aumento de dívidas de curto prazo a instituições de crédito (+m€ 61 056), de dívidas a fornecedores c/c (+m€ 3 772) e de dívidas a fornecedores de imobilizado c/c (+m€ 9 054), e, por outro, da diminuição das dívidas a outros credores de curto prazo (-m€ 3 262), de acréscimos de custos (-m€ 13 843) e de proveitos diferidos (- m€ 902), para além de outros valores de menor relevância.

Os sucessivos resultados líquidos negativos apurados têm vindo a tornar cada vez mais negativa a Situação Líquida da Metro do Porto. A Situação Líquida, em 31 de Março de 2009, é negativa de m€ 107 808, mesmo não reconhecendo, no Passivo, as Prestações do Concedente (m€ 478 961).

## **6. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS REFERENTES ÀS EMPRESAS PÚBLICAS**

### **6.1. Deveres especiais de informação previstos no Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto e regulados pelo Despacho n.º 14277/2008, de 23/05, do Ministro do Estado e das Finanças:**

A empresa cumpriu os deveres definidos, com o envio à Inspeção Geral de Finanças, à Direcção Geral do Tesouro e Finanças e à Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, os seguintes documentos:

- a) Plano de actividades anuais e plurianuais;
- b) Orçamento anual para 2009;
- c) Plano de investimentos anuais;
- d) Documento de prestação anual das contas individuais acompanhadas dos relatórios dos auditores externos e do relatório anual de fiscalização do Revisor Oficial de Contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental elaborados pela Empresa e pelo órgão de fiscalização, estes últimos com algum atraso. Como o órgão de fiscalização aguarda a elaboração definitiva da relevação contabilística, os respectivos relatórios não seguem ao mesmo tempo que o relatório trimestral de execução orçamental enviado pelo Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão;
- f) Cópia da acta da Assembleia Geral Anual.

Por outro lado, a Metro do Porto tem vindo a assegurar a inserção no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), da generalidade da informação necessária.

Tivemos conhecimento, pela Administração da Empresa, que ainda não foram estabelecidas as orientações de gestão nem os indicadores de desempenho, mas que estariam em fase final de aprovação.

### **6.2. RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro - Prazo médio de pagamentos (PMP)**

O PMP foi de 84 dias no 1º trimestre de 2009, conforme informação publicitada no site da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, o que representa uma redução de 50 dias face ao período homólogo do ano anterior (134 dias), tendo sido de 94 dias no 4.º trimestre de 2008.

A avaliação do grau de cumprimento dos objectivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano.

CR  
4

### 6.3. RCM n.º 49/2007, de 28 de Março - Princípios de bom governo

Pela análise efectuada ao cumprimento dos Princípios de Bom Governo, a Empresa cumpre, quase na sua totalidade, esses bons princípios.

Apenas há algumas lacunas, nomeadamente na inexistência do plano de igualdade e do Código de Ética que o Conselho de Administração se propõe elaborar ainda em 2009.

## 7. NOTAS FINAIS

A Metro do Porto apresenta uma Situação Líquida negativa desde 30 de Junho de 2008, situação que aconselha a implementação de solução com vista ao reforço da cobertura do capital da empresa.

Acresce que, neste condicionalismo, o cumprimento rigoroso do Artigo 5º do Acordo Parassocial inviabilizaria a gestão corrente da Empresa, justificando-se, em nosso entender, a conclusão da revisão do Acordo Parassocial, no que diz respeito ao referido artigo.

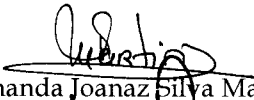
Em relação ao endividamento bancário, não ocorreram situações de incumprimento da legislação que tivesse imposto o pedido prévio de autorização ao Estado, porquanto todos os financiamentos estavam a coberto do orçamento da sociedade.

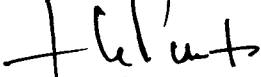
Não foi, ainda, formalizado o contrato de prestação de serviço público previsto na Base XV das Bases da Concessão, em que o Estado atribuirá à Empresa compensações financeiras pela prestação de serviço de interesse geral. Esta situação tem provocado acumulação de prejuízos anuais que a sociedade dificilmente terá capacidade de suportar. O auto-financiamento foi negativo, neste primeiro trimestre, no valor de m€ 26 616.


Tendo em consideração o elevado passivo financeiro, resultante da construção das infraestruturas da primeira fase do sistema de metro ligeiro do Porto, que não dispuseram do necessário financiamento próprio, será desejável que, a breve prazo, sejam tomadas medidas com vista à resolução deste problema, com reflexos fortemente negativos nos custos financeiros e na Situação Líquida da Empresa.

Porto, 8 de Junho de 2009


O Conselho Fiscal

  
Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins - Presidente

  
Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto - Vogal

  
António Magalhães & Carlos Santos - S.R.O.C., representada  
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº177 - Vogal

**8. ANEXOS: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Handwritten scribbles and symbols, including a stylized 'S', a circled 'G', and a 'G'.

## EMPRESA: METRO DO PORTO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE MARÇO DE 2009

Unidade EUROS

Codigo das contas	Activo	2009			Dezembro 2008
		AB	AA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação .....	84.533.605	8.283.931	76.249.674	76.747.728
432	Despesas de investigação e desenvolvimento .....				
433	Propriedade industrial e outros direitos .....				
434	Trespases .....				
441/6	Imobilizações em curso .....	97.932.186		97.932.186	97.274.282
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas .....				
		182.465.791	8.283.931	174.181.860	174.022.010
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais .....	136.469.819		136.469.819	136.469.819
422	Edifícios e outras construções .....	1.265.585.352	159.903.652	1.105.681.700	1.115.544.441
423	Equipamento básico .....	234.155.343	32.978.376	201.176.967	203.631.537
424	Equipamento de transporte .....	813.120	595.227	217.893	273.984
425	Ferramentas e utensílios .....	281.642	276.215	5.428	11.197
426	Equipamento administrativo .....	2.759.451	2.551.246	208.205	216.475
427	Taras e vasilhame .....				
429	Outras Imobilizações Corpóreas .....	6.831.917		6.831.917	6.831.917
441/6	Imobilizações em curso .....	193.670.226		193.670.226	157.280.285
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas .....				
		1.840.566.871	196.304.716	1.644.262.155	1.620.259.655
	Investimentos financeiros:				
4111	Partes de capital em empresas do grupo .....	1.467		1.467	1.467
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo .....				
4112	Partes de capital em empresas associadas .....	324.320		324.320	324.320
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas .....				
4113+414+415	Titulos e outras aplicações financeiras .....				
441/6	Outros empréstimos concedidos .....				
447	Imobilizações em curso .....				
	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros .....				
		325.788		325.788	325.788
	Circulante:				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo .....				
35	Produtos e trabalhos em curso .....				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos .....				
33	Produtos acabados e intermédios .....				
32	Mercadorias .....				
37	Adiantamentos por conta de compras .....				
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes c/c .....	4.957.099		4.957.099	8.176.441
212	Clientes - Titulos a Receber .....				
218	Clientes de cobrança duvidosa .....				
253+254	Empresas participadas e participantes .....	28.676		28.676	28.675
251+255	Outros Accionistas (sócios) .....	1.784		1.784	1.784
229	Adiantamentos a fornecedores .....	261.452		261.452	284.078
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado .....				
24	Estado e outros entes públicos .....	14.440.191		14.440.191	14.070.512
262+266/8+221	Outros devedores .....	787.333		787.333	1.739.794
264	Subscritores de capital .....	177.250		177.250	177.250
		20.653.783		20.653.783	24.478.533
	Titulos negociáveis:				
1511	Acções em empresas do grupo .....				
1521	Obrigações e tit. de participação em empresas do grupo .....				
1512	Acções em empresas associadas .....				
1522	Obrigações e tit. de participação em empresas associadas .....				
1513+1523+153/9	Outros titulos negociáveis .....				
18	Outras aplicações de tesouraria .....				
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depositos bancarios .....	903.165		903.165	1.148.694
11	Caixa .....	1.520		1.520	1.520
		904.686		904.686	1.150.214
	Acrescimos e diferimentos:				
271	Acrescimos de proveitos .....	5.645.885		5.645.885	4.336.225
272	Custos diferidos .....	231.410.648		231.410.648	236.435.695
		237.056.534		237.056.534	240.771.920
	Total de amortizações .....		204.588.647		
	Total dos ajustamentos .....				
	Total do activo .....	2.281.973.452	204.588.647	2.077.384.805	2.061.008.120

## EMPRESA: METRO DO PORTO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE MARÇO DE 2009

Unidade:EUROS

Codigo das Contas	Situação líquida e passivo	2009	Dezembro 2008
	<b>Situação líquida:</b>		
51	Capital.....	7.500.000	7.500.000
521	Acções (quotas) próprias- Valor nominal.....		
522	Acções (quotas) próprias- Descontos e prémios.....		
53	Prestações acessórias.....	179.033	179.033
54	Prémios de emissão de accoes (quotas).....		
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas.....	54.687	54.687
56	Reservas de reavaliacao.....		
	<b>Reservas:</b>		
571	Reservas legais.....		
572	Reservas estatutárias.....		
573	Reservas contratuais.....		
574 a 579	Outras reservas.....		
59	Resultados transitados.....	(554.914.908)	(406.377.060)
	Subtotal.....	(547.181.188)	(398.643.340)
88	Resultado Líquido do exercício.....	(39.587.813)	(148.619.199)
89	Dividendos antecipados.....		
	Subtotal.....	(586.769.001)	(547.262.539)
581	Prestações do concedente (Al 4 da Base XXVII).....	478.961.360	478.961.360
	<b>Total da situação líquida.....</b>	<b>(107.807.641)</b>	<b>(68.301.179)</b>
	<b>Passivo:</b>		
	<b>Provisões :</b>		
291	Provisões para pensões.....		
292	Provisões para impostos.....		
293/8	Outras provisões.....	14.417.825	14.417.825
		14.417.825	14.417.825
	<b>Dividas a terceiros - Medio e longo prazo:</b>		
	<b>Empréstimos por obrigações:</b>		
2322	Não convertíveis.....		
233	Empréstimos por títulos de participação.....		
231+12	Dividas a instituições de crédito.....	1.734.039.069	1.734.039.069
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
239	Outros empréstimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c.....		
262/8+211	Outros credores.....	183.917.812	183.917.812
		1.917.956.881	1.917.956.881
	<b>Dividas a terceiros - Curto prazo:</b>		
	<b>Empréstimos por obrigações:</b>		
2322	Não convertíveis.....		
233	Empréstimos por títulos de participação.....		
231+12	Dividas a instituições de crédito.....	93.133.041	32.077.084
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
221	Fornecedores, c/c.....	19.014.245	15.242.074
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....		
222	Fornecedores - Títulos a pagar.....		
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....		
252	Empresas do grupo.....		
253+254	Empresas participadas e participantes.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
219	Adiantamentos de clientes.....		
239	Outros empréstimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c.....	37.268.204	28.213.983
24	Estado e outros entes públicos.....	235.106	226.691
262/8+211	Outros credores.....	13.701.757	16.963.896
		163.352.354	92.723.728
	<b>Acrescimos e diferimentos:</b>		
273	Acrescimos de custos.....	10.933.736	24.776.715
274	Proveitos diferidos.....	78.531.650	79.434.150
		89.465.385	104.210.864
	<b>Total do passivo.....</b>	<b>2.185.192.446</b>	<b>2.129.309.299</b>
	<b>Total da situação líquida e do passivo.....</b>	<b>2.077.384.805</b>	<b>2.061.008.120</b>

## EMPRESA: METRO DO PORTO, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE MARÇO DE 2009

Unidade: EUROS

Código das contas		2009		2008	
	Custos e perdas				
	Mercadorias.....				
	Materias.....				
62	Fornecimentos e serviços externos.....		24.705.789		18.662.988
	Custos com o pessoal :				
641+642	Remunerações.....	1.007.618		925.424	
	Encargos sociais :				
643+644	Pensões.....			283.878	
645/8	Outros.....	282.588	1.290.206		1.209.302
662+663	Amortizações do imobilizado corporeo e incorporeo.....	12.972.072		12.618.642	
67	Provisões.....		12.972.072		12.618.642
63	Impostos.....	680.308		2.241.004	
65	Outros custos e perdas operacionais.....	14.556	694.864	20.632	2.261.636
	(A).....		39.662.931		34.752.569
682	Perdas em empresas do grupo e associadas.....				
683+684	Amort. e provisões de aplicações e inv. financeiros.....				
681+685/8	Juros e custos similares Relativo a empresas do grupo.....				
	Outros.....	11.519.944	11.519.944	15.566.606	15.566.606
	(C).....		51.182.874		50.319.175
69	Custos e perdas extraordinarios.....		111.699		7.560
	(E).....		51.294.573		50.326.735
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio.....				
	(G).....		51.294.573		50.326.735
88	Resultado liquido do exercicio.....		(39.587.813)		(39.704.960)
			11.706.760		10.621.775
	Proveitos e ganhos				
71	Vendas				
	Mercadorias.....				
	Produtos.....				
72	Prestações de serviços.....	8.307.275	8.307.275	7.947.147	7.947.147
	Variacao da producao.....				
75	Trabalhos para a propria empresa.....				
73	Proveitos suplementares.....	11.300		30.640	
74	Subsidios a exploração.....	2.803.609		2.589.747	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais.....		2.814.909		2.620.387
	(B).....		11.122.184		10.567.534
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas.....				
784	Rendimentos de participacoes de capital.....				
7812+7815/6+783	Rendimentos de titulos negociaveis e de outras aplic. financeiras.....				
	Relativo a empresas do grupo.....				
	Outros.....				
7811+7813/4/7818+785/8	Outros juros e proveitos similares Relativo a empresas do grupo.....				
	Outros.....	10.569	10.569	43.980	43.980
	(D).....		11.132.753		10.611.514
79	Proveitos e ganhos extraordinarios.....		574.007		10.261
	(F).....		11.706.760		10.621.775
	RESUMO :				
	Resultados operacionais : (B) - (A) = .....		(28.540.747)		(24.185.035)
	Resultados financeiros : (D-B) - (C-A) = .....		(11.509.375)		(15.522.626)
	Resultados correntes : (D) - (C) = .....		(40.050.121)		(39.707.661)
	Resultados antes de impostos : (F) - (E) = .....		(39.587.813)		(39.704.960)
	Resultado liquido do exercicio : (F) - (G) = .....		(39.587.813)		(39.704.960)

a) Os subsídios à exploração contém indemnizações compensatórias de m€ 2 804 não atribuídas pelo Governo.